



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA PARA A GESTÃO DE BENS SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

PARECER Nº: 37/2010

DATA: 19.02.2010

LICITAÇÃO Nº.: 014/2010 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº.: 004/2010

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de condução de veículos pertencentes à frota do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

RECORRENTES: WORLD SERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA.

RECORRIDAS: APPA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E EFETIVOS LTDA.

ASSUNTO: ANÁLISE DOS RECURSOS INTERPOSTOS EM FACE DE ATO DECISÓRIO PROFERIDO PELA AUTORIDADE DO PREGOEIRO E DAS CONTRA-RAZÕES APRESENTADAS.

Sra. Diretora-Executiva

Com vistas a subsidiar a decisão de Vossa Senhoria, apresentamos a análise acerca dos Recursos interpostos, legítima e tempestivamente, pelas empresas **WORLD SERVICE Terceirização Ltda.** e **CONSERVO Serviços Gerais Ltda.**, sendo o primeiro, em virtude da decisão de inabilitação, e o segundo, decorrente do inconformismo pela declaração de vencedora da empresa **APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda.** no certame licitatório em referência, proferidas pela autoridade do Pregoeiro.

Informamos a interposição de Contra-Razões pela empresa **APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda.**, as quais igualmente serão objeto de análise, eis que legítima e tempestivamente protocolizadas.

As razões do inconformismo, trazidas pela primeira Recorrente, são, em suma, as seguintes:

Ratificando as alegações recursais inicialmente ofertadas na Sessão Pública de 26.01.2010, a empresa **WORLD SERVICE Terceirização Ltda.** (antiga **STAFF**) afirma que os atestados apresentados são compatíveis com a prestação de serviços pretendida, assim como a diferença de seu patrimônio líquido.

Rebatendo as alegações recursais, a empresa **APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda.**, ora Recorrida, afirma que, faticamente, a Recorrente não atendeu ao prescrito pelos subitens 6.1.4 e 6.1.5, alíneas "c", do instrumento convocatório, razão pela qual as assertivas apresentadas devem ser indeferidas, posto que improcedentes.

Requer, ao final, o recebimento do Contra-Arrazado, com a consequente ratificação de sua declaração de vencedora do certame em referência.

Reduzidas, em suma, as razões recursais ofertadas, bem como a contraposição



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

apresentada, passemos ao exame fático-jurídico das questões postas em debate.

Ab initio, vejamos as conclusões do i. Pregoeiro, ao reavaliar seu decisório, inseridas na CI nº 002/2010:

1ª Alegação da licitante: "... os atestados são compatíveis com a prestação de serviços":

Fundamentação da decisão do Pregoeiro:

A alínea "c" do subitem 6.1.4 diz:

"a) Capacidade Técnico-operacional: Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no CRA, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto ora licitado. Poderá ser apresentado mais de 01 atestado desde que pelo menos 01(um) contemple 20% (vinte por cento) do efetivo a ser contratado." (grifo nosso)

Somente um dos atestados apresentados pela empresa World Service contemplou a função Motorista, com quantitativo de apenas 3 (três) profissionais, desatendendo claramente à citada alínea, motivo que foi mantida decisão de inabilitar essa licitante.

2ª Alegação da licitante: "..., assim como a diferença do patrimônio líquido da empresa":

Fundamentação da decisão do Pregoeiro:

O representante quis dizer que o patrimônio líquido de sua empresa era compatível com a exigência editalícia da alínea "c" do subitem 6.1.5, que diz:

"a) comprovação de possuir, até a data da publicação deste Edital, patrimônio líquido no valor mínimo corresponde a 10% do valor total estimado para a contratação constante da planilha - Anexo VI." (grifo nosso)

O valor da planilha constante no Anexo VI do Edital é de R\$ 10.401.830,64 (dez milhões e quatrocentos e um mil e oitocentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos), que determina o valor de R\$ 1.040.183,06 (um milhão e quarenta mil e cento e oitenta e três reais e seis centavos) como valor mínimo de atendimento à supracitada exigência. Como pode ser verificado na folha 308 dos autos, o valor do patrimônio líquido da empresa World Service é de R\$ 991.389,52 (novecentos e noventa e um mil e trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), desatendendo claramente a mais essa exigência habilitatória, motivo que foi mantida decisão de inabilitar essa licitante.

Diante do conteúdo eminentemente fático trazido pelas alegações recursais apresentadas, percebe-se, claramente, que não poderia ser outro o reexame procedido pela autoridade do Pregoeiro.

Ratificamos, pois, a fundamentação positivada pelo i. Pregoeiro na CI nº 002/2010, haja vista que uma simples leitura dos documentos instrutórios apresentados na Sessão Pública do Pregão, e acostados aos autos do Processo nº 004/2010 (fls. 308 e 341), conduzem à inequívoca conclusão - ressalte-se, estritamente objetiva - de descumprimento do instrumento editalício, especificamente do prescrito nas alíneas "c" dos subitens 6.1.4 e 6.1.5, supracitados. Razão pela qual, entendemos, s.m.j., pela manutenção da decisão de inabilitação da empresa



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

WORLD SERVICE Terceirização Ltda., nos exatos termos pronunciados pelo i. Pregoeiro.

Já a segunda Recorrente, Conserve Serviços Gerais Ltda., adenda, em sua peça recursal, a seguinte argumentação:

1. Que, "analisando os documentos de habilitação da Recorrida APPA, vislumbra-se que, em total descumprimento à exigência expressa contida no item 6, subitem 6.1.1., 'd' do instrumento convocatório, a mesma não apresentou as cédulas de identidade dos sócios, omissão esta que enseja a sua inabilitação".

2. Que o atestado de capacidade técnica, apresentado no envelope de habilitação, não foi averbado no Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA/MG, "providência esta obrigatória em se tratando de serviços que foram prestados no Estado de São Paulo".

3. Que, nos termos do subitem 6.9 do Edital, a Recorrida teria descumprido o prazo de validade documental prescrito, haja vista que "o cartão de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) e o Cartão de Inscrição Estadual apresentados (...) foram emitidos em 2008 e em setembro de 2009, respectivamente.

Assim, considerando que a sessão do pregão foi realizada no dia 26 de janeiro de 2010, e, sobretudo, por não conterem prazo de validade expresso, o CNPJ e a Inscrição Estadual da Recorrida teriam validade apenas se tivessem sido emitidos até o dia 26 de outubro de 2009, o que não pode ser constatado".

4. Que o balanço patrimonial e os índices contábeis apresentados não foram assinados por profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, conforme exigência expressa no subitem 6.1.5, 'b.IV' do Edital.

5. Que a empresa APPA, ora Recorrida, deixou de apresentar a declaração de superveniência de fatos impeditivos de sua habilitação, inobservando o prescrito pelo subitem 6.13 do Edital.

Requer, ao final, o recebimento da peça recursal ofertada, e, no mérito, seja-lhe dado provimento para inabilitar a empresa APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda., ora Recorrida, "por ofensa aos Princípios da Isonomia e o da Vinculação ao Edital".

Por derradeiro, roga pela aplicação, à empresa HIGITERC Higienização e Terceirização Ltda., das sanções administrativas previstas no item 14, subitem 14.1, "e", e 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 do instrumento convocatório, haja vista a não manutenção de sua proposta comercial no certame licitatório em referência.

No que pertine a este último requerimento, declinamos, *permissa vênia*, do parecer opinativo a respeito, eis que não constitui objeto da presente análise, adstrita às questões fático-jurídicas que permeiam a declaração de vencedora da empresa APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda.

Salientamos, outrossim, que todas as providências cabíveis à apuração dos fatos e eventual imputação de responsabilidades já estão sendo diligenciadas pela Administração Pública Contratante, mediante a instauração do competente Processo Administrativo.

Já em suas Contra-Razões Recursais, a empresa APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda., ora Recorrida, manifesta, em suma, o seguinte:

"A" – CPF E CÉDULA DE IDENTIDADE DOS SÓCIOS

Que "O item 6.1.1, 'd' é claro e preciso (...) 'CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, CASO ESTES NÃO CONSTEM RELACIONADOS NOS DOCUMENTOS ACIMA" (gn); ou



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

seja, os documentos acima, apontados pelo dispositivo editalício, são, respectivamente, item 6.1.1, 'a', registro comercial, no caso de empresa individual, 'b', última ata de eleição, no caso de sociedades por ações, e 'c', contrato social e última alteração contratual, no caso de sociedade empresária ou não empresária. Tendo a empresa apresentado os documentos relacionados na alínea 'c' do item 6.1.1, devidamente registrados na Junta Comercial, e relacionados em seu bojo, os sócios diretores e administradores da empresa, é desnecessária a apresentação dos documentos relacionados na alínea 'd'. Portanto, a empresa cumpre com o exigido no item 6.1.1, 'd'". (grifos no original)

"B" - AVERBAÇÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA NO CRA

Que, "se a empresa tem sede no Estado de São Paulo, registro no Conselho Regional de Administração de São Paulo, e executa serviços compatíveis com o objeto licitado para cliente no Estado de São Paulo, por que do registro no CRA de Minas Gerais. Lembramos que o edital não exige apresentação de vistos das entidades profissionais competentes de Minas Gerais como condição de habilitação nesta licitação, nem poderia, haja vista o edital ser vinculado à Lei de Licitações nº 8.666/93, que não faz menção à obrigação de vistos das entidades profissionais competentes para fins de participação em licitações por empresas sediadas em outros Estados da Federação, como obrigação para habilitação no Estado de origem da licitação".

"C" - PRAZO DE VALIDADE DO CNPJ E DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL

Que, "na própria Ata da Sessão Pública do dia 05/02/2010, enfatiza-se, assinada pelo próprio representante da empresa recorrente, o Sr. Pregoeiro utilizou-se da prerrogativa do item 6.4 do edital e emitiu, na sessão pública, novamente as provas das inscrições, respectivamente no CNPJ e na Fazenda Municipal da empresa recorrida, juntando-as no processo licitatório".

"D" - BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ASSINADO POR PROFISSIONAL COMPETENTE

Que "O balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Último Exercício de 2008, apresentado por esta recorrida, através do Livro Diário nº 07, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº 163549, fora assinado pelo profissional Sr. Celso Fernandes, Técnico Contábil, devidamente registrado no CRC sob o nº 1SP134644/0-3, e habilitado para assinar balanços e demonstrações contábeis", nos termos da alínea "b" do art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/1946 e do subitem 15 do art. 3º da Resolução nº 560/83 do Conselho Federal de Contabilidade.

"E" - DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que, "Como descrito no próprio dispositivo editalício, no item 6.13, a empresa obriga-se a declarar superveniência de fato impeditivo da habilitação. A palavra superveniência, do latim 'superveniente', significa 'vem depois' ou 'posterior', ou seja, o edital é claro quanto à obrigação da empresa em declarar algo ou fato no presente, que posteriormente possa prejudicar a execução do presente contrato. Não há razão, portanto, de apresentação de qualquer declaração deste tipo, óbvio que, posteriormente, por ventura houver qualquer fato, a empresa deverá informar ao Contratante, caso não o fazendo, sofrerá as penas de acordo com a Lei.

Enfatiza-se que o edital não exige que as proponentes apresentem declaração de que não há fato impeditivo, e sim apresentar declaração de superveniência de fato impeditivo, ou seja, declarar caso haja qualquer fato futuro, posterior que possa prejudicar o presente ajuste".

Igualmente, vejamos como se manifesta o i. Pregoeiro, ao reavaliar seu ato decisório (CI nº 002/2010):

1ª Alegação da licitante: "A empresa APPA deixou de apresentar CPF e cédula de identidade do proprietário, diretores ou sócios da empresa":

Fundamentação da decisão do Pregoeiro:

A exigência referente à alegação encontra-se na alínea 'd' do subitem 6.1.1, que diz:

"d) CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso

JA
JA
4
P.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

estes não constem relacionados nos documentos acima.” (grifo nosso)

Essa alínea é cristalinamente objetiva ao referir-se à exigência SOMENTE nos casos em que os documentos exigidos nas alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ não constem esses registros. A empresa APPA apresentou o Contrato Social e a 6ª Alteração e Consolidação do Contrato Social que apresenta todos os dados de seus sócios, motivo que levou à manutenção da decisão de habilitar a licitante APPA.

Mais uma vez, trata-se de alegação recursal puramente objetiva, dispensando maiores dilações a respeito.

Perceba-se que a argumentação trazida pelo i. Pregoeiro, ao reavaliar a questão, vai ao encontro da justificativa apresentada pela Recorrida, em suas Contra-Razões.

Aliás, não é outra conclusão a se depreender, pela mera leitura do Contrato Social e sua 6ª Alteração e Consolidação, nos quais constam expressos todos os dados que identificam os sócios da empresa APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda., nos exatos termos prescritos pela respectiva exigência editalícia. Razão pela qual, ratificamos, neste íterim, a decisão de habilitação proferida pela autoridade do Pregoeiro.

2ª Alegação da licitante: “O atestado de capacidade técnica ora apresentado pela empresa APPA, por ser referente a um serviço executado fora da jurisdição do Estado de Minas Gerais, ou seja, o serviço executado é no Estado de São Paulo, deveria a empresa APPA visar o referido atestado no Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais / CRA-MG, conforme legislação do Conselho”:

Fundamentação da decisão do Pregoeiro:

O Edital da presente licitação exigiu a apresentação de “atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no CRA” (grifo nosso), o que foi atendido pela licitante APPA, motivo que levou à manutenção da decisão de habilitar a licitante APPA.

Ratificando o posicionamento exarado pela autoridade do Pregoeiro, acrescentamos, ainda, as seguintes considerações:

Primeiramente, tomando por empréstimo algumas inscrições trazidas pela empresa Recorrida, tem-se que, evidentemente, não é permitido ao Pregoeiro inovar o instrumento convocatório, fazendo determinadas exigências, no transcorrer da fase externa do certame, não expressamente previstas no Edital, tais como, *in casu*, a averbação do atestado de capacidade técnica no Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA/MG, em se tratando de serviços que foram prestados no Estado de São Paulo.

Aliás, pode-se até afirmar que não haveria qualquer respaldo fático-jurídico a amparar uma exigência editalícia desta natureza.

Nesse sentido, inclusive, é o posicionamento jurisprudencial abaixo colacionado:

Jurisprudência do STJ

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações.

Dessarte, inexistente violação ao princípio da igualdade entre as partes se os requisitos do edital, quanto à capacidade técnica, são compatíveis com o objeto da concorrência.

5



E, acrescente-se, ainda, o seguinte:

Em uma primeira fase, há um ato administrativo em que são fixados os critérios de diferenciação que a Administração adotará para escolher o contratante.

As diferenciações constantes do ato convocatório devem atentar para os limites acima indicados. Será inválida a discriminação contida no ato convocatório se não se ajustar ao princípio da isonomia. Será esse o caso quando a discriminação for incompatível com os fins e valores consagrados no ordenamento, por exemplo. O ato convocatório somente pode conter discriminações que se refiram à "proposta vantajosa". Quando define o "objeto da licitação", estabelece concomitantemente os limites para qualquer discriminação. Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando: a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; **b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração;** c) impõe requisitos desproporcionados com necessidades da futura contratação; d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais.

Toda e qualquer discriminação deverá constar do ato convocatório. **Não são válidas discriminações "inovadoras", introduzidas após editado o ato convocatório.** Se é impossível (e indesejável) suprimir as diferenciações, devem elas ser definidas de antemão. Também sob esse ângulo, **o ato convocatório envolve auto-restrição à discricionariedade administrativa.**¹ (grifamos)

Desta feita, entendemos, s.m.j., pela ratificação da decisão pela manutenção habilitatória da empresa, ora Recorrida, nos moldes prolatados pelo Sr. Pregoeiro.

3ª e 4ª Alegações da licitante: "1) Conforme subitem 6.9 do edital a empresa APPA descumpriu ao prazo de validade expresso, ou seja, não sendo expresso a validade no documento apresentado este dever ser emitido no máximo 90 dias antes da data de abertura do processo licitatório (PR014/10). Portanto, o CNPJ não atende, com base no subitem 6.9 do edital."

"2) O cartão de inscrição municipal apresentado pela empresa APPA, fere o que está expresso no subitem 6.9, do edital de licitação."

Fundamentação da decisão do Pregoeiro:

Conforme pode ser extraído do item 8 das "Ocorrências relevantes durante a sessão", constante na Ata Circunstancial da referida sessão pública, esse Pregoeiro utilizou da prerrogativa editalícia, subitem 6.4 (transcrito abaixo) para verificar os cadastros da licitante APPA junto ao CNPJ e ao município de Suzano/SP nos sítios oficiais www.receita.fazenda.gov.br e www.informe.issqn.com.br, nesta ordem, motivos que levaram à manutenção da decisão de habilitar a licitante APPA.

"6.4. Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro a verificação das informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo."

Neste íterim, cumpre-nos transcrever a lição trazida por Marçal Justen Filho, segundo o qual:

A Administração pode promover diligências para comprovar a veracidade das informações prestadas pelo interessado e esclarecer outras dúvidas.

(...)

Por outro lado, surgiu questão polêmica a propósito de certidões emitidas através da rede mundial de computadores (internet). **A alternativa começou a generalizar-se na vida real e acabou merecendo solução através da Lei nº 10.522**, que determinou, no art. 35, que "As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária poderão ser emitidas pela Internet (rede mundial de computadores) com as seguintes características: I – serão válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores; II –

¹ FILHO, Marçal Justen. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 12ª ed. São Paulo: Dialética, 2008, p. 68.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

serão instituídas pelo órgão emissor mediante ato específico publicado no Diário Oficial da União onde conste o modelo do documento". (grifamos)

Acrescente-se, ainda, que:

deve destacar-se que não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações nele contidas envolverem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados –, a realização de diligências será obrigatória. Ou seja, não é possível decidir a questão (seja para desclassificar o licitante, seja para reputar superada a questão), mediante uma escolha de mera vontade. Portanto, a realização da diligência será obrigatória se houver dúvidas relevantes.²

Destarte, é com total tranquilidade que, mais uma vez, entendemos como irretocável a decisão proferida pelo i. Pregoeiro, eis que permeada pelos princípios administrativos norteadores da matéria, especialmente os da razoabilidade e competitividade, tendo-se sempre em vista o interesse público envolvido.

4ª e 5ª Alegações da licitante: "4) O Balanço Patrimonial apresentado pela empresa APPA está assinado por um técnico em contabilidade e não um contador devidamente registrado no CRC."

"5) Os índices de balanço apresentados pela empresa APPA, não são assinados por um profissional registrado no CRC.":

Fundamentação da decisão do Pregoeiro:

O inciso IV da alínea 'b' do subitem 6.1.5 do Edital nº 14/2010 exige:

"IV. o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade." (grifo nosso)

O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis são assinados pelo Sr. Celso Fernandes, Técnico Contábil, registrado no CRC sob o nº 1SP134644/0-3, atendendo perfeitamente à exigência editalícia. Quanto à ausência de assinatura de um profissional registrado no CRC nos índices de balanço, percebe-se, claramente, que o Edital sequer exigiu assinatura neste documento, uma vez que todos os elementos necessários àqueles cálculos encontram-se nos autos (valores retirados do Balanço Patrimonial), devidamente assinados por um "profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade", motivos que levaram à manutenção da decisão de habilitar a licitante APPA.

Compulsando os autos do Processo Licitatório, constata-se, de maneira inequívoca, o pleno atendimento ao inciso IV da alínea "b" do subitem 6.1.5 do Edital, nos exatos termos descritos pela autoridade do Pregoeiro.

Tratando-se, pois, de verificação puramente objetiva, ratificamos, *in totum*, a fundamentação decisória trazida pelo i. Pregoeiro, julgando atendido o presente requisito editalício.

6ª Alegação da licitante: "De acordo com o subitem 6.13 do edital a empresa APPA deixou de apresentar a declaração de superveniência de fatos impeditivos":

² Idem, p. 556.

APP
7
4



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Fundamentação da decisão do Pregoeiro:

O subitem 6.13 do Edital diz:

"6.13. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis."

Desta interpretação, entende-se que todo licitante, a contar da participação no presente certame, fica obrigado a declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, caso eles venham a ocorrer. Assim, todos possuem obrigação de declarar, futuramente, a existência de fatos dessa natureza, no momento de suas ocorrências. Esse pregoeiro não detectou qualquer desatendimento à exigência editalícia, motivo que levou à manutenção da decisão de habilitar a licitante APPA.

Ab initio, percebe-se que o entendimento positivado pelo i. Pregoeiro corrobora a justificativa trazida no bojo das Contra-Razões apresentadas, no sentido de que o instrumento convocatório não prevê a exigência da declaração de ausência de fato impeditivo, mas, tão somente, a obrigatoriedade de que o licitante declare a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação, quando, porventura, vier a ocorrer.

E, acrescente-se, ainda, que:

a declaração de inexistência de fato superveniente somente é obrigatória em licitações que exijam a apresentação de certificado de registro cadastral (tomada de preços e convite para os não-convidados).³ (grifos nossos)

Ressalte-se, outrossim, que mesmo nas Tomadas de Preços e Convites (para os não-convidados), a doutrina de Marçal Justen Filho é a seguinte:

O § 2º contempla uma previsão destituída de sentido, atinente ao "dever" de a parte declarar a superveniência de fato impeditivo, o que é um contra-senso. A existência de fato impeditivo da habilitação acarreta o dever de o interessado não comparecer à licitação. O dispositivo induz ao absurdo de que o interessado deveria comparecer, apresentar o CRC e declarar a existência de fato impeditivo da própria participação. Deve-se interpretar o dispositivo no sentido de que os efeitos do CRC cessam automaticamente quando ocorrer fato superveniente impeditivo da habilitação, sendo ilícito ocultar o impedimento.

O descabimento da exigência referida no item acima acabou gerando práticas impróprias por parte da Administração. Trata-se da exigência de o licitante declarar a *inexistência* de fato superveniente impeditivo de sua habilitação. Essa determinação, encontrável com frequência nos editais, não tem respaldo na Lei. Impõem-se o dever de a parte declarar a superveniência de fato impeditivo – não se autoriza dever de declarar a ausência de fato impeditivo. Se o sujeito apresenta todos os documentos e tem seu cadastramento em perfeita ordem, não há sentido em reafirmar, por declaração, que tem as condições para habilitação."⁴ (grifos nossos)

Destarte, ratificamos a manutenção da decisão pela habilitação da empresa, ora Recorrida, eis que lastreada pela melhor hermenêutica jurídica e respaldada pela constatação da ausência de qualquer desatendimento às cláusulas editalícias, nos termos descritos pelo i. Pregoeiro.

CONCLUSÃO:

³ Idem, p. 458.

⁴ Idem, p.459.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Destarte, em estrita submissão aos Princípios norteadores da matéria, em especial aos da Isonomia e Vinculação ao Instrumento Convocatório, não poderia ser outra a decisão final proferida pela autoridade do Pregoeiro, haja vista as constatações fático-jurídicas demonstradas alhures, às quais acrescentamos o seguinte posicionamento doutrinário acerca do tema.

A isonomia como livre acesso dos interessados à disputa

Sob esse ângulo, a isonomia significa o direito de cada particular de participar na disputa pela contratação administrativa, configurando-se a invalidade de restrições abusivas, desnecessárias ou injustificadas. Trata-se, então, da isonomia como tutela aos interesses individuais de cada sujeito particular potencialmente interessado em ser contratado pela Administração.

A isonomia como ampliação da disputa

Mas a isonomia também se configura como uma manifestação diretamente relacionada com o interesse coletivo. A ampliação da disputa significa a multiplicação de ofertas e a efetiva competição entre os agentes econômicos. Como decorrência da disputa, produz-se a redução dos preços e a elevação da qualidade das ofertas, o que se traduz em contratações mais vantajosas para a Administração.

Sob esse prisma, a isonomia reflete a proteção aos interesses coletivos. Todo e qualquer integrante da comunidade, mesmo que não potencialmente em condições de participar de uma licitação, tem interesse na ampliação da disputa, na eliminação de exigências abusivas ou desnecessárias. Assim se passa porque a ampliação do universo de licitantes propicia a redução dos gastos públicos.⁵ (grifos nossos)

Quanto aos princípios nomeados na Lei nº 8.666/93, consigne-se, por ora, que:
(...)

(d) o da vinculação ao instrumento convocatório faz do edital ou do convite a lei interna de cada licitação, impondo-se a observância de suas regras à Administração Pública e aos licitantes, estes em face dela e em face uns dos outros, **nada podendo ser exigido, aceito ou permitido além ou aquém de suas cláusulas e condições**; o art. 41 da Lei nº 8.666/93 ilustra a extensão do princípio ao declarar que "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada", reconhecendo, no §1º, a qualquer cidadão, legitimidade para "impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ...";⁶ (grifos nossos)

Assim, ratificamos, *in totum*, toda a argumentação trazida pelo i. Pregoeiro, sugerindo, s.m.j., a manutenção incólume da declaração de vencedora da empresa APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda., ora Recorrida, no certame licitatório em referência.

Este é o Parecer que submetemos à elevada consideração de Vossa Senhoria.


Daniela Ataíde Giyóvannini Alves
Assessora Técnica II


Luciana Reis Leonardo
Assessora – ASCONT, em exercício

⁵ Idem, p. 67.

⁶ PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. *Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública*. 7ª ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, pp. 62 e 63.

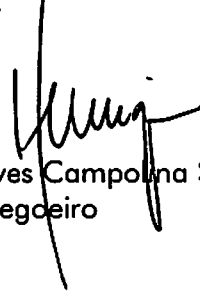
EM BRAGO



DECISÃO DO PREGOEIRO:

Com base nos fundamentos do Parecer da ASCONT, mantenho a decisão que declarou vencedora do certame a empresa APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda. Encaminhem-se os autos à DIRSEP para análise do recurso.

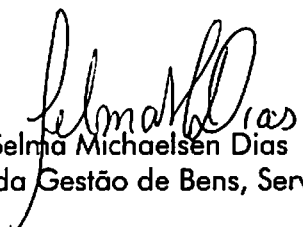
Em 19/02/2010.

 4060-0
Henrique Esteves Campolina Silva
Pregoeiro

DESPACHO DA DIRSEP:

Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, conheço dos recursos, interpostos tempestivamente, mas, no mérito, nego-lhes provimento, ratificando a decisão do Sr. Pregoeiro, no tocante à declaração de vencedora do certame da empresa, ora Recorrida. Encaminhem-se os autos à GECOMP para as providências relativas ao certame.

Em 19/02/2010.


Selma Michaelsen Dias
Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio